

Título: Sistematizações das teorias do jornalismo em abordagens européias, brasileiras e americanas¹

Autor: Felipe Pena – professor do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense.

Mesa Temática 1: Comunicação, teoria e história.

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma comparação entre as sistematizações teóricas dos pesquisadores de jornalismo no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, tomando como modelo principal o recente livro da professora Barbie Zelizer, *Taking Journalism Seriously*¹. Entre as propostas de edificação de uma reflexão crítica sobre o jornalismo, verificam-se diferenças nas classificações entre americanos e brasileiros, embora haja uma clara influência dos primeiros não só nos estudos realizados no Brasil, como também em algumas reflexões européias, em especial as do espanhol Lorenzo Gomis e do português Nelson traquina, que também serão abordadas ao longo deste texto.

.....

Em seu último livro, *Taking Journalism Seriously*², a professora Barbie Zelizer, da Universidade da Pennsylvania, propõe uma sistematização que divide os estudos jornalísticos em cinco modelos: sociológico, histórico, lingüístico, político e cultural. Essa classificação difere das sistematizações de autores italianos, espanhóis e portugueses, entre eles Mauro Wolf, Lorenzo Gomis, Nelson Traquina e Jorge Pedro Souza, e brasileiros como José Marques de Melo e Nilson Lage³, entre outros. Também em meu último livro, *Teoria do Jornalismo*⁴, proponho uma classificação diferente. Assim como Traquina e Souza, acredito que esta teoria deve ter como ocupação principal investigar por que as notícias são como são e quais são os seus efeitos, mas também aponto outras metas, que serão relatadas no final deste texto.

Entretanto, apesar das diferenças, a influência americana é sentida em todos os modelos de classificação a partir da citação de clássicos como Walter Lippman, Michael

¹ Texto submetido, mas não apresentado, durante o II Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação, em virtude de problemas de saúde do autor.

Schudson, Gaye Tuchman, Elihu Katz e outros. Minha hipótese é a de que as diferenças servem para a unificação do campo jornalístico como uma área específica do conhecimento. Ou seja, a unidade está na diversidade, o que significa que os diversos modelos de interpretação podem ser estruturados no âmbito de uma reflexão crítica unificadora, mesma que sua fundamentação seja complexa e heterogênea. E isso também significa abrir as reflexões para todas as possibilidades de revisão e, até mesmo, de refutação.

Como descrito no livro *Teoria do Jornalismo*⁵, defendo que as várias tentativas de sistematizar a Teoria do Jornalismo já permitem a plena configuração da área como um campo específico do conhecimento humano. A disciplina deve ser incorporada aos currículos das escolas de jornalismo como um conjunto de metodologias e conceitos estudados a partir da investigação científica. Os diversos modelos de interpretação podem ser estruturados no âmbito de uma teoria unificadora, mesmo que sua fundamentação seja complexa e heterogênea.

O teórico tem que assumir a vocação para vidraça e atravessar a avenida, com a cara no vidro, esperando pelas pedras e pelas flores. Mais pedras do que flores. As pétalas da crítica só aparecem para o cânone estabelecido. A academia é um inverno perene. A pesquisa científica tem mil faces, é construída e reconstruída em teias de complexidade e suor. Assim como o jornalismo e, é claro, sua teoria.

O professor português Nelson Traquina⁶, um dos mais renomados estudiosos da disciplina, utiliza a noção de campo jornalístico, um espaço mobilizado pelos agentes sociais como recurso para suas estratégias de comunicação, que contém uma prática específica muito cobiçada (a produção das notícias) e um grupo que reivindica o monopólio de seu conhecimento (os jornalistas). Ele cita o sociólogo francês Pierre Bourdieu, para quem o campo é um “espaço social estruturado em forças polarizadas.” Desta forma, usando a metáfora do magnetismo, o campo jornalístico estaria dividido entre dois pólos: o positivo e o negativo. O primeiro seria o ideológico, aquele que define o jornalismo como um serviço público. Já o segundo seria o pólo econômico, que considera a notícia como um produto comercial.

Traquina, no entanto, ainda não considera possível a edificação de uma teoria unificada do jornalismo, conforme conclui o professor Jorge Pedro Souza, que pensa exatamente o

contrário. Para Souza, já existe conhecimento suficiente para tal unificação. No artigo *Construindo uma teoria do jornalismo*, publicado pela revista virtual *Recensio* (www.recensio.ubi.pt), da Universidade da Beira Interior, em Portugal, ele propõe um modelo baseado em duas equações matemáticas interligadas: a primeira sobre a produção das notícias e a segunda sobre seus efeitos. Elas se referem basicamente aos conceitos do autor expressos na obra *As notícias e seus efeitos*.² Aliás, o paradigma de Souza é o da notícia como construção social da realidade. As fórmulas que ele sugere têm como objetivo a elaboração de um enunciado com clareza, brevidade e universalidade, princípios básicos de todas as teorias científicas. São elas:

$$N = f (Fp.Fso.Fseo.Fi.Fc.Fh.Fmf.Fdt.)$$

$$Em = f (Nf.Nc.P.Cm.Cf.Cs.Ci.Cc.Ch.)$$

Na primeira equação, o N é a notícia, que é função (f) de várias forças:

1. Fp (força pessoal): as notícias resultam parcialmente das pessoas e de suas intenções.
2. Fseo (força social extra-organizacional): as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social.
3. Fso (força sócio-organizacional): refere-se ao meio organizacional em que foram construídas e fabricadas.
4. Fi (força ideológica): as notícias têm origem nas forças de interesse que dão coesão aos grupos.
5. Fc (força cultural): as notícias são produto do sistema cultural em que são produzidas.
6. Fmf (força do meio físico): as notícias dependem do meio físico em que são fabricadas.
7. Fdt (força dos dispositivos tecnológicos): as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados na sua fabricação.
8. Fh (força histórica): as notícias são um produto da história, durante a qual interagem as outras forças.

² Cimbra. Editora Minerva. 2000.

Já na segunda equação o termo “En” traduz-se por efeitos da notícia, sendo “f” a função das seguintes variáveis:

- A) Nf (formato da notícia): os efeitos estão condicionados pela forma como ela é produzida, o que influencia sua percepção e apreensão.
- B) Nc (conteúdo da notícia): os efeitos estão condicionados pela própria informação que ela apresenta.
- C) P (pessoa): os efeitos estão condicionados pela perspectiva de cada indivíduo, seus sentidos, seus preconceitos, sua personalidade, etc.
- D) Cm (circunstância do meio): os efeitos estão condicionados pelo meio em que a notícia é difundida. Uma notícia no rádio é completamente diferente na TV.
- E) Cf (circunstância física): os efeitos estão condicionados pelas condições físicas da recepção.
- F) Cs (circunstância da sociedade): os efeitos estão condicionados pelo ambiente social da recepção.
- G) Ci (circunstância ideológica): os efeitos estão condicionados pela ideologia do receptor.
- H) Cc (circunstância cultural): os efeitos estão condicionados pela cultura do receptor.
- I) Ch (circunstância histórica): os efeitos estão condicionados pela própria história.

A tentativa de Jorge Pedro Souza é louvável. Pode e deve ser questionada, mas não ignorada. Representa um avanço no sentido de construir uma teoria unificada do jornalismo. No mesmo caminho estão os estudos de Shomaker e Reese, José Marques de Melo e da própria Barbie Zelizer, entre outros, favoráveis à formulação da referida teoria, e até mesmo as reflexões dos autores que ainda não acreditam que exista conhecimento suficiente para a efetivação da área como um campo específico do conhecimento humano. É o caso de Nelson Traquina, Alfredo Vizeu, e Gaye Tuchman, entre muitos outros, que já têm suas contribuições incorporadas aos estudos da disciplina e, portanto, figuram como seus primeiros cânones. O que varia é a maneira de sistematizar. E é nisso que pretendo me concentrar neste artigo.

Para Barbie Zelizer, o grande problema da área verifica-se na falta de diálogo entre os jornalistas militantes, aqueles que se dedicam exclusivamente ao trabalho diário na mídia, e os jornalistas pesquisadores, cuja atividade principal está voltada para a reflexão crítica e o ensino. Esse afastamento tem como uma de suas conseqüências mais nefastas a falsa dicotomia entre teoria e prática que assola as faculdades de jornalismo. Segundo Zelizer, um exemplo claro disso foi a recente “erupção⁷” ocorrida na Universidade de Columbia, em que *scholars*⁸ e jornalistas divergiram sobre os fundamentos do ensino jornalístico durante a reforma⁹ curricular da escola.

Na mesma direção estão as reflexões do professor Jay Rosen, do Departamento de Jornalismo e Comunicação de Massa da Universidade de Nova York. No segundo capítulo do livro *What are journalists for?*¹⁰, Rosen relata o encontro que teve com editores de importantes jornais americanos e sociólogos (grande parte deles com estudos dedicados ao jornalismo, como é costume nos EUA) durante um seminário na Universidade de Colúmbia para discutir a apatia eleitoral da população. Segundo o autor, os jornalistas não tiveram a menor chance de participar do debate, pois a linguagem utilizada pelos sociólogos foi tão hermética que nem ele próprio conseguiu entendê-los. No final das discussões, Rosen fez duas importantes indagações: 1- Como foi possível que os professores agissem como se os jornalistas não estivessem presentes na reunião? 2- Por que estes mesmos professores acreditam que não têm nada a aprender com seis importantes editores, que colocam jornais nas ruas todos os dias, conhecem as comunidades com as quais se relacionam, e têm mais contato com a disputa política do que qualquer um dos sociólogos ?¹¹

A conclusão de Rosen é que os pesquisadores fizeram o que foram treinados para fazer. Ou seja, falaram para os próprios pares e não para a sociedade, embora carreguem o epíteto de sociólogos. Segundo ele, os *scholars* adaptam suas mentes e seu vocabulário para desenvolver um discurso especializado, cujo objetivo imediato é um aprofundamento teórico. Entretanto, tal aprofundamento vem acompanhado de um superficialismo comunicativo, já que os sociólogos não estão preocupados em compartilhar suas pesquisas com o público “leigo”. Já os jornalistas têm a missão contrária e não se conformam com essa postura.

É exatamente nesse ponto que as premissas para a sistematização de uma Teoria do Jornalismo começam a tomar corpo no trabalho de Barbie Zelizer. Já na introdução de seu

livro, ela revela a surpresa que teve ao entrar para a vida acadêmica após 20 anos como repórter, correspondente e editora: “Quando eu pisei na universidade, recém-chegada do mundo do jornalismo, me senti como se tivesse entrado em um universo paralelo. Nada refletia o mundo do trabalho que eu acabara de deixar.”¹² A partir dessa constatação, Zelizer se propõe a pesquisar maneiras de aproximar jornalistas e acadêmicos. Ela prega uma equalização de vozes para definir o que realmente importa no jornalismo. E embora defenda a pesquisa de campo (em detrimento do ensaio) como maneira mais apropriada para fazer essa equalização, não deixa de considerar nenhum método de análise em sua sistematização, que divide a Teoria do Jornalismo em cinco modelos: sociológico, histórico, lingüístico, político e cultural. Essa caracterização difere fundamentalmente das duas classificações portuguesas já citadas, as dos professores Nelson Traquina e Jorge Pedro Souza.

Logo no início de sua exposição, Zelizer alerta para o fato de as fronteiras não serem rígidas e cita como exemplo os estudos de Michael Schudson, que tem trabalhos relacionados nas cinco áreas delimitadas. Isso, todavia, não inviabiliza sua proposta, pois considera a divisão classificatória fundamental para o estudo da Teoria do Jornalismo. Assim, inicia pela abordagem da vertente sociológica, que é a mais utilizada nos Estados Unidos. Segundo Zelizer, ela se ocupa das rotinas produtivas, das organizações, do relacionamento entre grupos e indivíduos, e de todas as demais interações em que estão envolvidos os agentes responsáveis pela captação e apresentação das notícias. Já a perspectiva histórica tem como foco a longevidade do jornalismo. Ela depende de documentos e de um afastamento temporal para empreender análises contextualizadas. A área da linguagem, por sua vez, coloca ênfase sobre os textos jornalísticos, partindo da premissa que eles não são transparentes ou simples, mas sim construções dos interlocutores. Estão aí incluídas a Análise do Discurso, a Semiótica e outras perspectivas afins.

A quarta categoria sistematizada por Zelizer é a política, que se interessa fundamentalmente pelo papel que a mídia tem no sistema político. Mas também estão incluídos aí os estudos sobre campanhas eleitorais nas manchetes de jornais e outros veículos, além do agendamento da população e dos próprios atores políticos. Entretanto, é preciso ter cuidado para não veicular este tipo de análise a uma perspectiva instrumentalista da imprensa. O que não acontece com a quinta classificação, talvez a mais abrangente de

todas, que é a cultural, cujo foco na produção de identidades, nos símbolos, valores e demais janelas teóricas correlatas oferece um amplo painel da atividade jornalística.

A reflexão crítica sobre o jornalismo é tradicional nos Estados Unidos desde o século XIX, embora tenha se intensificado principalmente após o célebre livro *Public Opinion*, de Walter Lippmann, publicado em 1922. A diversidade de autores e perspectivas, no entanto, não significa a existência de uma ampla sistematização da disciplina, objetivo do trabalho de Barbie Zelizer. Há poucos estudos classificatórios (como os citados na bibliografia¹³), mas quase todos são artigos publicados em revistas científicas e não livros estruturados, o que, apesar de atestar seu valor acadêmico, limita o espectro de análise a poucas páginas. Pelo mesmo motivo¹⁴, prefiro ficar restrito à categorização de Zelizer como modelo para comparação, propondo a leitura dos autores citados na nota 11 como complemento, fixando a maior parte do espaço que disponho para algumas classificações brasileiras e citando alguns autores europeus para ampliar o cotejo.

Em Portugal, por exemplo, Nelson Traquina optou por fazer uma coletânea de textos clássicos com autores de língua inglesa: Schudson, Tuchman, White, Breed, Schlesinger, Katz, Soloski e Philips, entre outros. Entretanto, publicou no Brasil dois volumes de um livro intitulado *Teorias do Jornalismo*, em que a proposta é de fato uma sistematização da área, embora o autor, como já mencionado, não considere viável a edificação de tal teoria. Já Jorge Pedro Souza propõe, além das fórmulas já citadas, um mapeamento das diversas teorias no livro *As notícias e seus efeitos*.¹⁵ Os critérios classificatórios de ambos tomam como base o tipo de ação: pessoal, social, cultural, etc.

Na Itália, a sistematização empreendida por Mauro Wolf não fala em Teoria do Jornalismo. Entretanto, o livro *Teorie delle Comunicazioni di Massa*¹⁶ aborda conceitos claramente identificados com a reflexão jornalística, como o *gatekeeper*, o *newsmaking* e as rotinas produtivas. Já na Espanha há um clássico do mapeamento da área: o livro *Teorias del Periodismo*, do octagenário professor da Universidade Autônoma de Barcelona Lorenzo Gomis. O autor passa por todas as tendências mencionadas por Zelizer, mas não divide sua obra da mesma forma. Na verdade, opta por relacionar as diversas teorias específicas por meio de uma dialética baseada em perguntas e respostas. A principal delas está registrada logo no prefácio: “Que deve explicar uma teoria do jornalismo?”. A resposta é clara: “Deve explicar como o meio decide o que vai dizer e por quê. Uma teoria do jornalismo deve

oferecer um modelo abstrato que permita compreender porque uma notícia é publicada e comentada no lugar de outra, que é excluída.”¹⁷

No Brasil, o estudo teórico do jornalismo é relativamente recente. Luiz Beltrão, Danton Jobim e Barbosa Lima Sobrinho foram os pioneiros (embora existam alguns estudos isolados da primeira metade do século XX), seguidos de importantes nomes da atualidade, como José Marques de Melo, Nilson Lage e Cremilda Medina, entre outros. Entretanto a primeira defesa sistemática de uma Teoria do Jornalismo só aconteceu na década de 80, através dos estudos de Adelmo Genro Filho. E, além dos livros de Traquina, não há registro de uma tentativa de sistematização das diversas abordagens teóricas.¹⁸

O professor Eduardo Meditsch, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentou um conclusivo quadro durante o Congresso Luso-brasileiro de Estudos Jornalísticos, realizado na cidade do Porto, em março de 2005. Sua primeira conclusão é de que a classificação temática não é um assunto pacífico em nossa área. Trabalhos recentes, que analisam a mesma questão, propõem classificações diferenciadas. Ou seja a sistematização é até proposta, mas não relatada em livros sobre o assunto. Ficam, portanto, limitadas às poucas páginas de artigos acadêmicos,¹⁹ embora tenham claro valor e pertinência. Meditsch cita as propostas de quatro autores: Elias Machado, Márcia Machado, Jacques Wainberg e Luiz Gonzaga Motta.

“Em artigo sobre o estado da arte da pesquisa em Jornalismo, Pereira e Wainberg (1999) definem 14 categorias: Jornalismo Organizacional; Ética do Jornalismo; Ensino do Jornalismo; Direito da Comunicação; História do Jornalismo; Jornalismo Alternativo; Jornalismo e Ciência; Jornalismo e Economia; Jornalismo e Empresa Jornalística; Jornalismo Internacional; Jornalismo e Política; Linguagem e Tecnologia do Jornalismo; Memória do Jornalismo; Teorias do Jornalismo. Elias Machado (2004) propõe oito categorias ou linhas de pesquisa: História do Jornalismo; Teorias do Jornalismo; Análise do Discurso; Produção da Notícia; Recepção; Jornalismo Digital; Teorias da Narrativa; Jornalismo Especializado. Luiz Gonzaga Motta (2004) prefere classificar todas as pesquisas em jornalismo dentro de dois grandes paradigmas: “miacêntrico” e “sociocêntrico”. Já Márcia Bennetti Machado (2004) propõe nove categorias: 1) História do Jornalismo; 2) Estudos de Linguagem; 3) Produção da Notícia e Processos Jornalísticos; 4) Estudos de Recepção; 5) Jornalismo Digital; 6) Ética e Jornalismo; 7) Jornalismo e Educação; 8) Teorias do Jornalismo; 9) Jornalismo Especializado.”²⁰

Todos os autores têm propostas coerentes de sistematização. Entretanto, ainda há problemas na alocação da área jornalística nas classificações dos órgãos oficiais de fomento, como a CAPES, por exemplo. Meditsch aponta para o fato de que, apesar de estarmos incluídos na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, apenas um dos 263

trabalhos inscritos nos últimos congressos sobre jornalismo referia-se realmente a algum tipo de aplicação, conforme inscrito no quadro abaixo²¹.

Tipos	Quantidade de trabalhos	Percentual (%)
Ensaio / Teórica	148	56,3
Empírica	114	43,3
Aplicada	1	0,4
Total	263	100

Na recente reclassificação das sub-áreas promovida pela CAPES, os princípios para área de comunicação foram os seguintes:

- **Princípio epistemológico**
Relativo à constituição da Área de Comunicação como área de conhecimento, com sua história, paradigmas, teorias, metodologias, ramificações, etc.
- **Princípio da autonomização no campo**
Relativo ao desenvolvimento e acúmulo de conhecimento em determinados setores da pesquisa de Comunicação que autorizam e legitimam sua classificação em Subáreas.
- **Princípio de “realidade”**
Relativo à expressão concreta da pesquisa realizada na área.
- **Princípio de campos “emergentes”**
Relativo aos setores de pesquisa ainda em consolidação.

Já os eixos transversais e presentes em todas as Sub-áreas, indicando os níveis ou planos de abordagem em que são feitos os estudos da Área de Comunicação, se traduziram em diferentes Especialidades.:

- **Teorias e Metodologias**
Indicam as especificidades teórico-metodológicas da Área.
- **Fazeres e Linguagens**
Indicam a diversidade das práticas e das linguagens constitutivas das mídias e dos processos comunicacionais.
- **Diálogos e Interfaces**
Traduzem a natureza conectiva e dialógica da Área promovendo a inter e a transdisciplinaridade dos estudos de Comunicação.

A partir daí, foi elaborada uma primeira proposta que não incluía o jornalismo como sub-área, o que foi revertido após reuniões com representantes de pesquisadores, ficando como resultado final o seguinte encaminhamento:

Área – 6.09.00.00-8 – Comunicação

Sub-área 6.09.04.00-8 - Jornalismo

6.09.04.01-8 - Teorias do Jornalismo

6.09.04.02-8 - História do Jornalismo
6.09.04.03-8 - Jornalismo Especializado
6.09.04.04-8 - Ética e Deontologia do Jornalismo
6.09.04.05-8 - Economia e Gestão do Jornalismo
6.09.04.06-8 - Jornalismo como Profissão
6.09.04.07-8 - Modelos e Produtos Jornalísticos
6.09.04.08-8 - Formatos e Gêneros Jornalísticos
6.09.04.09-8 - Ensino e Pesquisa do Jornalismo

Por esse modelo, a teoria aparece como um item específico da sub-área, o que torna oficial sua composição como uma disciplina específica. Entretanto, a proposta que encaminhei no livro *Teoria do Jornalismo*²² inclui ética, especialização, história, gêneros e outros itens no interior da própria dinâmica teórica. Defendo que a disciplina possa ser sistematizada a partir de três vertentes principais: 1- conceitos e histórias, 2- modelos/teorias de análise, 3- tendências e alternativas.

A partir de tal divisão, acredito que há outros assuntos que podem ser incluídos na teoria do jornalismo, como, por exemplo, as próprias técnicas de narração da notícia, os aspectos semiológicos do discurso jornalístico, o estudo das diferentes funções do profissional de imprensa e a análise das editorias específicas. Além disso, também é possível incluir de forma tangencial uma abordagem histórica, ética e epistemológica do jornalismo, bem como discussões estilísticas, instrumentais e de gênero. Constituir uma teoria unificada não significa partir para um isolamento científico. O movimento deve ser exatamente contrário, com a incorporação de outros saberes pertinentes e o diálogo com teorias análogas.

Como exposto na conclusão do livro²³, a reflexão crítica sobre o jornalismo não é só pertinente, é imprescindível. Precisamos entender nossos problemas, buscar caminhos, encontrar soluções. Precisamos saber os motivos da crescente desconfiança do público. Precisamos enxergar nossos preconceitos e estereótipos. Precisamos reconhecer nossas próprias limitações como profissionais de imprensa, não só incentivando a pesquisa científica, mas participando dela. Ao defender uma teoria unificada como um campo de conhecimento específico, o objetivo é exatamente refutar a idéia de que os procedimentos jornalísticos constituem um saber autônomo e auto-suficiente. A efetivação de uma disciplina busca a interdisciplinaridade balizada. Ou seja, reconhece a multiplicidade de interpretações, mas aponta referências para as diversas análises.

A Teoria do Jornalismo deve assumir sua cientificidade, o que significa investigar evidências, produzir dados e construir enunciados passíveis de revisão e refutação. Para isso, no entanto, deve contar com a perene interconexão dos profissionais da redação e da academia. Não pode haver uma lacuna entre os jornalistas que se ocupam da produção e os que se encarregam da reflexão. A dicotomia é incoerente, não tem motivos para existir. Teoria e prática caminham juntas. O trabalho interligado é a única forma viável de discutir nossas questões.

Referências bibliográficas:

- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo, EDUSP, 1992.
- BIERHOFF, Jan, Merk Deuze and Claes de Vreese. **Media innovation, professional debate and media training: an European analysis**. In: www.ejc.nl/hp/ni/contents.html
- CAREY, James W. "Some notes on journalism education". In **Journalism: theory, practice and criticism**. N. 1(1). 2000. P. 12-23
- COTTLE, Simon. "Rethinking news Access". In **Journalism Studies**. N.1(3). P. 427-448.
- EDO, Concha. **Periodismo informativo e interpretativo**. Sevilha. CS. 2003.
- GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987
- GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: como se forma el presente**. Barcelona, Paidós, 1991.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- KATZ, Elihu. "The end of journalism". In *Journal of Communication*. N. 42(3). 1992. P, 5-13.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York. Paperbacks. 1922.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. S.P. Mantiqueira. 2003.
- MEDITSCH, Eduardo & SEGALA, Mariana. "A pesquisa brasileira em jornalismo apresentada nos Congressos da SBPJor, Compós e Intercom (2003-2004)". Paper apresentado durante o II Congresso luso-brasileiro de estudos jornalísticos. Porto. 2005.
- PHILIPS, Ângela, and GABER, Ivor. "The case of media degrees." IN **British journalism review**. N.7(3). 1996. p. 62 a 65.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Editora Contexto. 2005.
- ROSEN, Jay. **What are journalists for?** New Haven. Yale University Press. 1999.
- SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra. Minerva. 2000.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1978

- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teoria e estórias**. Lisboa. Vega. 1993.
- _____ . **Teorias do jornalismo**. Florianópolis. Insular. 2004.
- TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. New York. Free Press. 1978
- WOLF, Mauro. **Teorie delle Comunicazioni di Massa**. Milão. Ed. Fabri. 1985.
- ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously**. Routledge. London. 2004.

Autor: **Felipe Pena** – professor do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Letras pela PUC-Rio. Jornalista. Autor de sete livros na área de comunicação, entre eles “Televisão e Sociedade”, publicado pela editora 7 Letras em 2002, e “Teoria do Jornalismo”, publicado pela editora Contexto em 2005. Professor visitante da Universidade de Salamanca, Espanha. Editor-chefe da revista *Contracampo*.

¹ Londres. Routledge. 2004

² Idem.

³ Que na verdade têm vasta e profunda produção sobre jornalismo, ocupando-se mais efetivamente em propor teorias do que na sistematização das teorias alheias.

⁴ São Paulo. Contexto. 2005

⁵ Ibid, pág. 213.

⁶ (2004, p.27),

⁷ O termo em inglês usado pela autora é *eruption*. Optei pela tradução literal para dar força à expressão. P. 7.

⁸ Termo usado para definir os pesquisadores universitários.

⁹ O diretor Nicholas Lemann propôs um sistema híbrido, também voltado para a teoria, com ênfase em disciplinas como estatística e ciência política, deixando a prática (específica e aplicada) para os últimos três meses de um curso de dois anos.

¹⁰ University of Yale. 1999. P. 56.

¹¹ A tradução é minha.

¹² P. 2. A tradução é minha.

¹³ Nomeadamente, os trabalhos de Philips and Gaber / Bierhoff, Deuze and Vreese / Cottle / Katz / Carey / Schudson.

¹⁴ Além, é claro, do valor que atribuo à pesquisa e à biografia de Zelizer.

¹⁵ Op. Cit.

¹⁶ Milão. Ed. Fabri. 1985.

¹⁷ Gomis, p. 11.

¹⁸ Esta carência de sistematizações foi um dos motivos da publicação de meu livro, *Teoria do Jornalismo*. São Paulo. Contexto. 2005.

¹⁹ O mesmo problema que tenho com este paper.

²⁰ Meditsch, p. 3.

²¹ Idem, p.11.

²² Op. Cit.

²³ Pena, Págs. 217 e 218.